

POLÍTICA
ALÉM DA NOTÍCIA

O novo PMDB

O PMDB mudou, e não aceita mais a imposição do clube fechado que segue as diretrizes do deputado Ulysses Guimarães. Depois do resultado da votação para a mesa da Constituinte o partido ficou cativo de um agrupamento de parlamentares independentes, e que se ligam pelo plano das idéias: até onde o senador Mário Covas interpretar essa ideologia, será apoiado. Se não se conduzir nessa linha, o grupo que hoje domina o novo PMDB recusará sua liderança.

Essa realidade fará das futuras rodadas da Constituinte um jogo emocionante de poder, do qual deverá se valer o presidente Sarney para montar um novo dispositivo de coordenação e articulação política com os parlamentares.

O PFL perdeu densidade, mercê da atuação algo impensada de seu líder José Lourenço, que teria confundido valentia com ousadia. Os valentes perdem mais do que em política, seara das filigranas que aos ousados encantam. Os líderes do PFL, para evitar a implosão do partido, terão que arranjar uma fórmula urgente de realocizá-lo, na oposição ou em outra cota de apoio ao governo, para não perder de vez o seu já corroido conceito.

O PMDB, cindido em dois grandes grupos, terá agora o deputado Ulysses Guimarães ainda mais pressionado a adotar uma linha de maior identidade com as idéias do grupo predominante, este que impôs a diretriz partidária acima dos conchavos da cúpula. O presidente do partido e mais seus fiéis parceiros de 20 anos de domínio terão dificuldades para manter suas alianças, notadamente na área econômica, pois a maioria do PMDB não endossa o ministro Dilson Funaro, não o considerando uma opção partidária.

No Ministério da Fazenda o grupo dominante gostaria de implantar um dos seus, como o deputado José Serra, que não estaria fora das cogitações do presidente Sarney, bastando para o governador Orestes Quércia deixar de lado as susceptibilidades de antigas farpas que lhe foram endereçadas pelo chamado grupo intelectual do PMDB paulista.

O ITAMARATI DE RIQUEPELO

O embaixador Rubens Riquepele há de estar considerando que, dois anos no Palácio do Planalto, fora da carreira, é falta muito com seu futuro profissional. Não é improvável que o experiente embaixador venha a ser ministro das Relações Exteriores, ou mesmo embaixador em Washington, caso seja transferido para Brasília Marcelo Marques Moura, para o Ministério da Fazenda. O Itamarati já estaria esgotado para experiências com ministros de fora da carreira, regra que estaria também valendo para o atual ministro Renato Archer — cujo sonho seria concluir a política externa — ou o ex-governador Franco Montoro.

APARECIDO FAZ CONVITES

O governador José Aparecido de Oliveira convidou Antônio Augusto dos Reis Veloso, da Sarem, e o embaixador Luiz Felipe Lampréia, da Sabim, para integrarem sua equipe, em assessorias de alto nível, caso deixem a nova estrutura do Ministério do Planejamento. Ambos ficaram comovidos com o convite de Aparecido e estão ainda estudando as condições de terreno na Seplan.

LEONARDO MOTA NETO

Regimento, apenas norma oficial

Parlamentares aprovam mas não cumprem a sua "constituição"

ADRIANO LAFETA
Da Editoria de Política

A Assembléia Nacional Constituinte eleita para escrever uma nova Constituição para o País não cumpre a sua própria "Constituição". Promulgado na última quarta-feira, já no dia seguinte o Regimento Interno era violentado em suas normas, o que se repetiu na sexta-feira, abrindo precedentes que podem se eternizar nas próximas sessões.

Na quinta-feira, o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) permitiu que as mulheres constituintes discursassem sem antes se inscreverem, que pessoas não credenciadas circulassem pelo plenário e até ocupassem cadeiras reservadas exclusivamente aos parlamentares e que a galeria se pronunciasse. O gesto de liberalidade do então presidente dos trabalhos não causou estranheza, muito menos protestos.

Primeiro, porque, talvez, o regimento não venha mesmo sendo cumprido; segundo, porque seria um grande risco cobrar a sua aplicação exatamente contra o interesse de mais da metade do eleitorado brasileiro, constituído em 51% pela mulheres, que queriam entregar à Assembléia Na-

cional as suas propostas para a futura Carta. Entretanto, não pode haver dois pesos e duas medidas.

"Foi uma subversão saudável", proclamou o líder Amaury Muller (PDT/RS), sem deixar de reclamar o mesmo direito para qualquer segmento organizado da sociedade que queira se manifestar aqui para frente. "Creio que as leis são como as virgens: para que produzam resultados positivos, muitas vezes é preciso que sejam violadas", proclamou ele da tribuna no dia seguinte, pedindo à Mesa que dê tratamento idêntico aos pequenos agricultores e trabalhadores rurais sem terra que estão se deslocando para Brasília nesse fim de semana.

Menos complacente, o líder do PDS no Senado, senador Jarbas Passarinho (PA), disse ao CORREIO que "o que se tem feito contra a lei vai nos dar ainda grandes aborrecimentos futuros". Na sua opinião, tudo começou com a eleição do deputado Ulysses Guimarães (PMDB/SP) para a presidência da Câmara, na verdade uma reeleição proibida pelo regimento da Casa.

Mas se a Mesa não tem se preocupado em fazer cumprir as normas regimentais, provocou acalorados debates, há cerca de 10

dias, ao desligar o microfone do deputado Gumerindo Milhomem (PT/SP), que subira à tribuna sem gravata. O presidente da Mesa na ocasião, deputado Humberto Souto (PFL/MG), argumentou que o constituinte não estava trajado de acordo com o Regimento. No entanto, não há, em nenhum dos 86 artigos do documento, qualquer referência a traje, muito menos à gravata.

QUORUM

A primeira sessão sob a vigência do regimento definitivo já iniciou de forma anti-regimental, sem o quorum mínimo de 56 constituintes. E outra norma sistematicamente descumprida, que nos primeiros dias de funcionamento da Constituinte era fiscalizada pelo senador Fábio Lucena (PMDB/AM), com pedidos frequentes de verificação de presença, às vezes provocando o adiamento do início da sessão. O próprio senador, contudo, acabou sumindo também do plenário.

Para se ter idéia do esvaziamento, apenas os deputados Valmir Campello e Jofran Frejat, pfeilistas eleitos pelo Distrito Federal, e o pedessista Osvaldo Bender (PDS/RS) estavam no plenário na sexta-feira quando

Geraldo Campos (PMDB/DF) criticou da tribuna a concentração de renda no Brasil.

Nota-se, ainda, que a sessão era realizada no período da manhã, estreando no novo horário criado pelo Regimento para que os parlamentares pudessem viajar a seus Estados nas sextas-feiras sem precisar faltar às sessões plenárias desses dias. Mesmo assim, Geraldo Campos, último orador não se aborreceu. Disse que a ausência era compreensível, justificando seus colegas com o argumento de que o momento era de articulações para a constituição das comissões.

Difícil saber se os 554 constituintes ausentes, mais de 99% da Assembléia Nacional, estavam de fato procurando lugar nas comissões. "Temos, no mínimo, uma informação para trazer. Se ela não é ouvida, fica difícil imaginar que se tenha um conhecimento da realidade nacional", observou Jofran Frejat.

A realidade, contudo, é que ninguém ouve. Ou muito poucos. A maioria se abstrai inteiramente durante as sessões plenárias: seja com conversas paralelas, leitura de jornais, articulações políticas ou até com piadas. O desinteresse na opinião do deputado Amaury Muller, é motivado pela

falta de debates. "O monólogo leva à asfixia", analisa o parlamentar, prevendo mais dois meses de monotonia no plenário, tempo em que "o quente" estará nas subcomissões e comissões.

O líder pedetista prevê que "essas coisas vão passar" com o grande expediente criado pelo Regimento definitivo, que permite debates. Na sexta-feira, antes desse horário, quando a palavra era franqueada às lideranças, Amaral Netto (PDS/RJ), após criticar o ministro Funaro e ser rebatido por Paulo Mincaroni (PMDB/RS), reclamou à Mesa o direito de réplica, já que fora citado nominalmente. Acabou obtendo permissão para falar, embora tal direito não exista no Regimento da Constituinte, mas no da Câmara.

O desinteresse pelo que dizem os oradores e o esvaziamento do plenário criam constrangimentos, por exemplo, para o deputado Augusto Carvalho (PCB/DF): "A gente tem a sensação de estar participando de uma farsa", diz ele, preocupado com que repercussão possa ter um discurso sem ouvintes. E, quanto ao Regimento, reflete que "embora não seja o dos nossos sonhos", existe para ser cumprido.